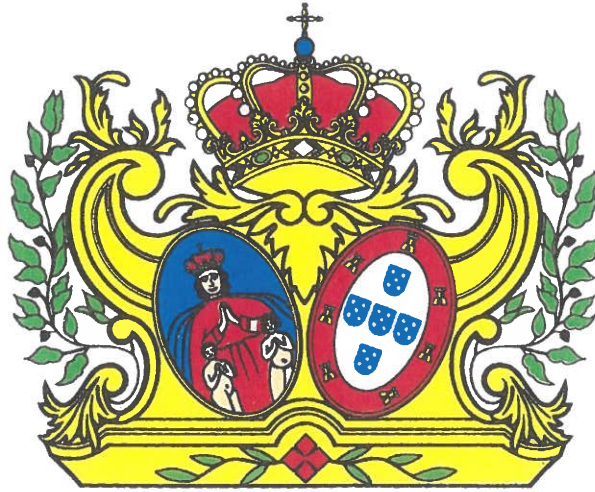


SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DE GERÊNCIA**

PERÍODO 2022

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PERÍODO 2022



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

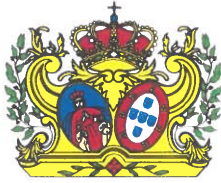
1 - INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca foi fundada em 1610, com a missão de satisfazer carências, sociais e de saúde, e de praticar atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras da misericórdia. Hoje em dia, intervém no campo da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 300 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a idosos, a crianças e na provisão de refeições a agregados familiares carenciados.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, desde 1986;
- Serviço de Apoio ao Domicílio, desde 2000;
- Unidade de Cuidados Continuados e Internamento Privado, desde 2006;
- Núcleo Museológico da Capela da Misericórdia, desde 2008;
- Consultas Especialidades Médicas, Fisioterapia e Exames Auxiliares Diagnóstico, desde 2009;
- Centro de Dia (Urrô), desde 2011;
- Cantinas Sociais, desde 2012;
- Creche, desde 2013;
- Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho, desde 2013;
- Centro de Dia (Tropeço), desde 2015.

No início do ano de 2022, quando a economia europeia ainda recuperava dos efeitos provocados por dois anos de pandemia, foi surpreendida pelo início de uma guerra, com a invasão russa da Ucrânia, que trouxe consequências imediatas ao nível dos custos da energia, matérias-primas e produtos alimentares. As taxas de inflação dispararam para níveis que já não se conheciam desde há 40 anos, com um forte impacto na sociedade e nas Instituições Sociais. Para combater este fenómeno inflacionista o Banco Central Europeu foi obrigado a aumentar as taxas de juro diretoras, aumentando, entre outros, os encargos dos créditos à habitação. As famílias portuguesas conheceram uma degradação do seu poder de compra, pois o aumento dos salários não compensou os aumentos da inflação e das taxas de juro, colocando as mais carenciadas numa situação de maior vulnerabilidade económica. De certa forma, esta situação foi desagravada pela recuperação económica que se fez sentir em Portugal, que conheceu um crescimento de 6.7%, em 2022. Para a retoma da economia contribuíram, sobretudo, os setores do turismo e da construção civil e o



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

aumento da procura interna e das exportações, o que permitiu manter a taxa de desemprego em níveis baixos.

O contexto macroeconómico mundial, dominado pelo aumento da inflação e das taxas de juro, e o aumento do salário mínimo nacional trouxe novos desafios às Instituições Sociais, pelo forte impacto na sua estrutura de gastos, que não pode ser refletido nas comparticipações dos seus utentes e criam enormes dificuldades em termos da sua gestão e sustentabilidade. Ciente desta realidade, o Governo adotou medidas para apoiar situação financeira e a liquidez das Instituições, nomeadamente através do aumento das comparticipações dos acordos de cooperação, das valências sociais e das Unidades de Cuidados Continuados Integrados, e da atribuição de um apoio extraordinário para compensar os aumentos dos preços da energia, dos combustíveis e dos géneros alimentares.

Em 2022, apesar de ainda se fazerem sentir os efeitos da pandemia do vírus COVID 19, foram sendo aliviadas as restrições impostas pelas Autoridades de Saúde Pública, permitindo retomar as atividades de culto e culturais que haviam sido suspensas, desde há dois anos, entre outras, a secular Procissão dos Fogaréus, na Semana Santa, e o concerto comemorativo do aniversário da fundação da Misericórdia, em julho.

Ao longo do ano 2022, a Mesa Administrativa desenvolveu esforços no sentido de atingir os objetivos propostos no Plano de Atividades e dar seguimento à sua missão como Instituição de solidariedade social, perante um novo e imprevisível contexto de crise socioeconómica, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos seus utentes e de promover a inclusão social dos mais vulneráveis.

Este documento pretende dar a conhecer aos Irmãos a atividade da Misericórdia de Arouca, durante o ano de 2022, com enfoque nas Demonstrações Financeiras. Assim, para cumprimento das imposições legais, submete-se à Assembleia – Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arouca o presente Relatório de Atividades.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

2 – A IRMANDADE

No ano de 2022, foram admitidos 3 Irmãos e deu-se baixa de 21 Irmãos, 4 por falecimento e 17 por desistência.

Em 31/12/2022, a Irmandade era constituída por 235 Irmãos, repartidos da seguinte forma:

	N.º	%
Sexo Masculino	120	51%
Sexo Feminino	115	49%
Idade < 45	8	3,4%
45 > Idade < 65	57	24,3%
Idade > 65	170	72,3%
Inscrição < 1 ano	3	1,3%
1 > Inscrição < 5 anos	8	3,4%
5 > Inscrição < 10 anos	20	8,5%
Inscrição > 10 anos	204	86,8%

Durante o ano foram realizadas três Assembleias Gerais Ordinárias. A primeira, em 26 de março, para apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2021. A segunda em 26 de novembro para apreciação, discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de exploração previsional e de investimentos, para o ano de 2023, e a terceira em 17 de dezembro para eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2023 - 2026.

3 – A ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1 – FACTOS RELEVANTES

Em 2022, a Mesa Administrativa continuou a trabalhar no sentido da consolidação das respostas sociais e serviços de saúde e da concretização da missão e dos projetos de investimento da Misericórdia de Arouca, de forma a crescer no valor social



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PERÍODO DE 2022

realizado e na melhoria das condições que oferece, não só aos seus utentes, mas também aos seus colaboradores, conforme se descreve de seguida.

Em julho de 2022, foi assinado o contrato de comparticipação financeira do Programa de Alargamento das Respostas Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0) com o Instituto da Segurança Social, que representa um financiamento público de 75% do valor elegível, constante da candidatura, para a empreitada de ampliação e requalificação da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS. Esse financiamento ascende a 1.218.516,00€. O projeto prevê a ampliação da cozinha, a remodelação do refeitório, da sala de convívio e dos vestiários dos colaboradores, e a criação de uma enfermaria e de uma sala de estar para utentes mais dependentes. O aumento da taxa de inflação e a falta de algumas matérias-primas, que se conheceu durante o ano de 2022, em consequência do conflito armado na Ucrânia, obrigou a uma revisão da estimativa do valor da empreitada que foi agravado em 20%, passando para 1.949.626,28€, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado. Esta situação irá implicar um maior esforço financeiro por parte da Misericórdia de Arouca e traduziu-se num atraso na abertura do procedimento adjudicatório que, ao contrário do que estava previsto, já não ocorreu em 2022.

Deu-se por terminado o projeto de investimento em equipamentos para apetrechar a cozinha da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, cuja conclusão havia sido adiada de dezembro de 2021 para março de 2022, devido a constrangimentos trazidos pela pandemia. Em 2022, concretizou-se a tranche final do investimento, cerca de 10% do investimento total, que foi de 67.800€, financiado, a 85%, pelo NORTE 2020 - FEDER.

A Mesa Administrativa concretizou ainda, no decorrer do ano 2022, os seguintes investimentos, os quais foram financiados com recurso a fundos próprios, mas que vieram colmatar necessidades de melhoria do equipamento e da conservação das suas infraestruturas:

- Foi remodelado o quadro elétrico da lavandaria da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS investimento no valor de 9.342,39€, que permitiu adequar a capacidade da infraestrutura elétrica às novas máquinas de lavar e secar adquiridas, em 2021.
- Foi ampliado o refeitório da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS e instalada uma divisória em vidro, modernizando o espaço e tornando-o mais luminoso, um investimento de 3.375, 25€.
- Foram adquiridos novos equipamentos para o HOSPITAL, para as especialidades de gastroenterologia: dois colonoscópios no valor de 73.455,60€, e para a fisioterapia: sistema de pressoterapia e de parafango no valor de 7.261,53€.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

• No sentido de reduzir a fatura de energia elétrica e os efeitos das alterações climáticas, através da utilização de energias renováveis, a Mesa Administrativa avançou com um procedimento adjudicatório para a instalação de painéis fotovoltaicos, para geração de energia elétrica para autoconsumo, na cobertura da CRECHE. Este investimento no valor de 24.750€, acrescido de IVA, ficou concluído no final de fevereiro de 2023.

Ainda no âmbito das energias renováveis, foram adjudicadas duas viaturas elétricas, uma ligeira de mercadorias e uma ligeira de passageiros, para o SERVIÇO DE APOIO AO DOMICÍLIO, investimento no valor de 74.500€, acrescido de IVA, financiado pelo PRR – Mobilidade Verde, em 50.000€.

Quanto ao património imobiliário, em 2022, foram adquiridos um prédio urbano e um prédio rústico, sitos na Rua do Calvário n.º 3, União de Freguesias de Arouca e Burgo, conforme deliberação da Assembleia Geral de 27 de novembro de 2021, cujo valor de aquisição foi de 180.000€. Esta aquisição prende-se com o objetivo de aumentar a área disponível para implantação do edifício da nova Residência Assistida para Idosos, que a Mesa Administrativa pretende construir.

No que respeita a projetos de ampliação de serviços e infraestruturas, foram apresentados dois pedidos de informação prévia no serviço de urbanismo do Município de Arouca para construção da referida Residência Assistida e de um novo Hospital.

Quanto ao quadro pessoal, a Misericórdia de Arouca teve, em média, 138 trabalhadores ao seu serviço, em 2022, o que traduz um acréscimo de quatro, relativamente ao ano de 2021. Para além, do seu quadro de pessoal, colaboram com a Instituição cerca de 50 trabalhadores independentes e, quotidianamente, interagimos com uma ampla carteira de fornecedores de bens e serviços contribuindo assim, indiretamente e, de forma muito significativa, para o desenvolvimento do nosso Concelho. Ainda neste âmbito, de referir dois apoios de entidades públicas: um apoio pecuniário recebido do IAPMEI no valor de 112€, por cada trabalhador que em dezembro de 2021 auferia o salário mínimo nacional, para compensar, parcialmente, o aumento daquela remuneração de 655€ para 705€; e o financiamento do POISE 2020 – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego para um projeto plurianual de formação profissional dos colaboradores, que depois de ter sofrido vários atrasos, devido à pandemia, ficou concluído em 2022.

No sentido de disponibilizar à comunidade mais serviços, sociais e de saúde, mantivemos ou alargamos as parcerias, os acordos e os protocolos com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde, Instituto de Emprego e Formação Profissional,



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

Subsistemas de Saúde, Seguradoras, Município de Arouca, União das Misericórdias Portuguesas, Agrupamento de Escolas de Arouca, Associação Empresarial do Concelho de Arouca, entre outros.

3.2 – SERVIÇOS DE SAÚDE

No âmbito da atividade da Instituição assume um papel relevante a prestação de SERVIÇOS DE SAÚDE, nomeadamente os exames complementares de diagnóstico, a fisioterapia, as consultas e os internamentos os quais, em 2022, representaram 63% do volume global dos serviços prestados.

Após o conturbado período da pandemia, no qual os serviços de saúde chegaram a estar temporariamente encerrados, houve uma retoma gradual da procura, durante o ano de 2021, que se consolidou e aumentou, em 2022, com um consequentemente aumento do volume de faturação, em todos os serviços à exceção das consultas de especialidades médicas, que conheceram um ligeiro decréscimo, conforme se verifica pelo quadro seguinte:

		2022	2021	Variação 2021-22	Variação %
Fisioterapia	N.º de atendimentos	3.418	3.073	+ 345	+11,20%
Radiologia	N.º exames	8.840	8.526	+ 314	+3,69%
Cardiologia	N.º exames	4.425	4.072	+ 353	+8,66%
Gastrenterologia	N.º exames	1.346	1.046	+ 300	+28,6%
Consultas de Especialidades	N.º de atendimentos	3.602	3.624	- 22	-0,61%
Colheitas de Análises Clínicas	N.º de atendimentos	2.599	2.049	+ 550	26,80%

Em 2022, foram estabelecidos novos protocolos com a CA Seguros (Trust) e Liberty Seguros (Trust) para assistência a sinistrados e foram alargados os acordos com a ARS Norte para Estudos de Doppler (Imagiologia) e com a SAD GNR e ADM para medicina dentária, tendo-se mantido todos os protocolos estabelecidos em anos transatos.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

No que respeita à UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS manteve-se a taxa de ocupação contrariamente ao INTERNAMENTO PRIVADO que viu aumentar tanto a taxa de ocupação como o número de admissões de utentes, comparativamente ao período de 2021.

Os internamentos em Cuidados Continuados resultam de um protocolo com os Ministérios da Saúde e da Segurança Social, que contempla catorze camas em Unidade de Longa Duração, para internamentos de duração ilimitada, e seis camas em Unidade de Média Duração, para internamentos de 90 dias de duração. Já o internamento privado dá resposta às necessidades de particulares e beneficiários de seguradoras ou outros subsistemas de saúde, disponibilizando 9 camas. O movimento de utentes neste serviço, durante os anos de 2021 e 2022, está espelhado no quadro abaixo:

Tipologia	Vagas	Admissões		Taxa Média de Ocupação	
		2022	2021	2022	2021
Unid. Média Duração	6	26	20	93,1%	95,6%
Unid. Longa Duração	14	16	29	97,2%	96,3%
Internamento Privado	9	14	12	63,8%	51,6%

3.3 – SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Considerando os serviços de ação social a principal razão de existência da Misericórdia de Arouca, o bem-estar dos nossos utentes continuou a ser o nosso foco, com o cumprimento dos planos de animação sócio cultural, o acompanhamento espiritual e religioso e os cuidados de saúde e de dieta alimentar, em todas as valências. Durante o ano de 2022, ultrapassado o cenário pandémico, todas as atividades das valências sociais decorreram bem e dentro da normalidade.

Ao nível da frequência de utentes nos SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL, com acordo com o ISS, IP, a valências de Creche e de Centro de Dia de Urrô aumentou, revertendo a tendência de baixa frequência que conhecida desde a pandemia. As valências de ERPI e Cantinas Sociais conheceram uma descida e as restantes mantiveram o seu número médio de utentes, comparativamente com o ano de 2021, conforme consta do quadro abaixo:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PERÍODO DE 2022

	Capacidade da Valência	N.º de Utentes abrangidos pelo acordo com o ISS	N.º Médio de Utentes 2022	N.º Médio de Utentes 2021
ERPI	112	90	89	90
Serviço Apoio Domicílio	42	39	39	39
Centro de Dia de Urrô	50	48	28	23
Creche	43	43	33	32
Centro de Dia de Tropeço	15	10	9	9
Serviço Apoio Domicílio Tropeço	15	12	12	12
Cantinas Sociais ^(*)	330	330	264	311

^(*) Número refeições disponibilizadas mensalmente.

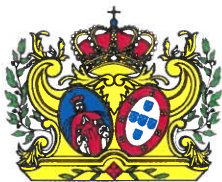
4 - DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Tendo por base este relato da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca durante o período de 2022, e com o intuito de dar a conhecer a sua situação económica e financeira, presta-se a seguinte informação, de acordo com os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo.

4.1 – PERSPETIVA FINANCEIRA - BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2022, o **ATIVO LÍQUIDO** da Instituição cifrava-se em 9.811.260,52€ traduzindo um acréscimo de cerca 19%, relativamente ao período transato, que se cifrou em 8.219.122,50€. Tanto o **ATIVO NÃO CORRENTE** como o **ATIVO CORRENTE** sofreram aumentos como se explica de seguida.

No que respeita ao **ATIVO NÃO CORRENTE**, o que justifica o seu acréscimo (57.440€) são incorporações ocorridas nas rubricas **Ativos Fixos Tangíveis (AFT)** que ultrapassaram o valor das depreciações do período (238.506,98€) e dos abates, nomeadamente:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

- Ao nível dos edifícios e outras construções: a aquisição do edifício da Rua do Calvário, n.º 3, em Arouca, (180.000€), a remodelação do quadro e das infraestruturas elétricas da lavandaria da ERPI (9.342€), a substituição de uma parede do refeitório da ERPI por uma divisória em vidro (3.735€);
- Ao nível do equipamento básico, para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições de equipamento médico para a gastroenterologia (73.455€), para a medicina física e de reabilitação (7.261€), de equipamento para a cozinha (8.403€)
- No que respeita ao equipamento administrativo, a substituição de computadores obsoletos (2.519€).
- Procedeu-se ao abate de equipamento básico, por desgaste ou avaria irreparável, com valor de aquisição de 2.590€, e de uma viatura ligeira de passageiros (16.925€), que já encontravam totalmente depreciados.

Quanto ao **ATIVO CORRENTE** sofreu um aumento de 1.534.697,80€ justificado pelo aumento das rubricas **Caixa e Depósitos Bancários** (+148.820€) **Créditos a Receber**, de clientes e utentes (+70.829€), e **Outros Ativos Correntes** (+1.315.541€) Esta rubrica **Outros Ativos Correntes** (*Outras Contas a Receber*) atingiu o valor de 1.742.792,41€ reflete, fundamentalmente, as verbas por receber:

- do PARES 3.0 (1.218.516€), como financiamento da empreitada de requalificação e ampliação da ERPI;
- do PRR Mobilidade Verde (15.000€), como financiamento da aquisição de duas viaturas elétricas;
- do Norte 2020 - FEDER (9.126€), como saldo final do financiamento ao investimento de aquisição de mobiliário e equipamento para a cozinha e lavandaria da ERPI;
- do POISE (5.712€) como financiamento a um projeto de formação profissional dos nossos colaboradores;
- e as verbas da Segurança Social (11.919,14€), da ARS Norte (341.505,49€) e da ADSE (11.614,45€) relativas às valências Unidade de Cuidados Continuados, Fisioterapia e Exames Auxiliares de Diagnóstico.

No que respeita ao valor dos **Inventários** (52.791,11€), este refere-se às existências de materiais em stock a 31/12/2022, distribuídos por Matérias-primas (3.820,29€), Matérias de consumo (40.589,82€) e Materiais Diversos (8.381€). Estes últimos referem-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Misericórdia de Arouca, em 2012, o qual tem vindo a ser consumido e doado. Em 2022 foram enviadas para a Ucrânia 930 camisolas.

O **FUNDO DO CAPITAL** atingiu o valor de 8.985.854,64€. Ao nível dos **Fundos Patrimoniais** houve os seguintes movimentos do período:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

- A rubrica de **Reservas** conheceu um aumento pela cedência de usufruto de uma *suite* (60.000€)
- A rubrica de **Resultados Transitados**, conheceu um aumento pela afetação do Resultado Líquido do período de 2021 (103.682,32€).
- A rubrica de **Outras Variações nos Fundos Patrimoniais** uma diminuição pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (47.594,77€) e um aumento pelos subsídios ao investimento do PRR Mobilidade Verde (50.000€) e do PARES 3.0 (1.218.516€).

No **PASSIVO CORRENTE** a rubrica **Fornecedores** traduz o valor que a Instituição lhe devia (127.198,59€), a 31/12/2022. A rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** traduz o valor da retenções de IRS e da Taxa Social Única, aos colaboradores, relativos ao mês de dezembro de 2022, a pagar em janeiro de 2023.

A rubrica **Diferimentos** (122.729,76€) reflete o valor da conta 282 – rendimentos a reconhecer, que engloba, além da retenção de garantia da empreitada de construção do Hospital (51.105,73€), o valor do vestuário de criança por utilizar (8.381€), relativo ao donativo em géneros, já referido, e o adiantamento das comparticipações da Segurança Social, relativas ao ano de 2023, e pagas em dezembro de 2022, como forma de garantia de liquidez às IPSS.

Outros Passivos Correntes (*Outras contas a pagar*) reflete fundamentalmente a estimativa de férias e de subsídio de férias, de 2022, a pagar em 2023 (323.506€), os valores dos utentes à guarda da Instituição (58.935,78€) e as remunerações a pagar ao pessoal, relativas a dezembro de 2022, cuja compensação aconteceu em janeiro de 2023 (119.495,98€).

4.2 – PERSPETIVA ECONÓMICA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O total dos **RENDIMENTOS** cifra-se em 4.043.520,58€, traduzindo um acréscimo 438.790,56€, cerca de 12% relativamente ao registado no período de 2021, que se justifica, fundamentalmente, pelos acréscimos registados nas contas 72 – Prestações de Serviços e 75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração.

A conta **72 – Prestações de Serviços** representa 58,8% do total dos Rendimentos, atingiu o valor de 2.378.810,23€ o que representa um acréscimo de global de 258.656,95€, mais 12,2% relativamente ao ano transato, o qual está relacionado com:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

1 – Ao nível dos serviços de saúde – Exames Complementares de Diagnóstico, Consultas de Especialidades e Internamentos – houve um aumento significativo na faturação (+180.263,98€), face ao atingido, em 2021. Este aumento de faturação foi transversal a todos os serviços à exceção das consultas de especialidades médicas que, como já referido, conheceu uma ligeira diminuição do número de utentes atendidos. São de destacar os aumentos na faturação do serviço de Fisioterapia (+ 90.351€), do serviço de Gastroenterologia (+52.207€) e do serviço de Anatomia Patológica (+11.052€).

2 – Ao nível dos serviços sociais, a conta 721 - Mensalidades de Utes, registou um acréscimo de 78.847,97€, relativamente a 2021, pela atualização das mensalidades dos utentes, face ao aumento das suas pensões.

Quanto à conta **75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração**, representa 39,6% do total dos rendimentos, atingiu o valor de 1.601.191,96€, traduzindo um aumento de 188.683,78€, mais 13,4% relativamente ao ano de 2021. Engloba as participações do Instituto da Segurança Social (1.180.562€), da ARS Norte (336.298€), do Instituto de Emprego e Formação Profissional (5.968€), do IAPMEI (10.864€) da Câmara Municipal (18.000€), do POISE (13.087€), e as doações e heranças (36.370€).

Neste âmbito, realçar a atualização das participações dos acordos com a Segurança Social, que para além do aumento de 3,6%, procedeu a um aumento extraordinário de 2,1% para a generalidade das respostas sociais e de 3,5% para respostas residenciais e centro de dia, para compensar o aumento da taxa de inflação. Por outro lado, também os acordos da Unidade de Cuidados Continuados foram atualizados em 5€/utente/dia na Média Duração e 13,05€/utente/ dia na Longa Duração. Houve também um aumento de 18.609€ nas doações e de 19.042€ nos subsídios à exploração do IAPMEI, IEF e POISE.

A **conta 78 – Outros Rendimentos** atingiu o valor de 63.343,67€, que representa um decréscimo de 8.515,20€, relativamente a 2021, inclui os rendimentos com reembolsos de despesas de funeral, ganhos em inventários e alienações, indemnizações de seguros, e a imputação dos subsídios ao investimento. A diminuição destes rendimentos é justificada sobretudo pela diminuição dos ganhos com alienações pois, em 2021, venderam-se quatro prédios rústicos.

A **conta 79 – Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares** atingiu o valor de 214,72€.

Ao analisar a estrutura dos **GASTOS** verifica-se uma execução de 3.892.077,19 €, o que traduz um acréscimo de 391.029,49€, mais 11% em relação ao período anterior. Este aumento está relacionado com aumentos nos Custos nas Matérias Consumidas,



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

Fornecimentos e Serviços Externos, nos Gastos com Pessoal, Imparidade de dívidas a receber e em Outros Gastos.

A conta **61 – Gastos com Matérias Consumidas** atingiu o valor de 379.148,36€, um acréscimo de 25.746,50€. O alívio das medidas de prevenção do COVID-19 fez descer os consumos dos equipamentos de proteção individual e dos desinfetantes, mas em compensação os preços dos géneros alimentares, do material têxtil e dos artigos de higiene dispararam, assim como aumentou o consumo de material clínico em consequência do aumento da atividade dos serviços de saúde.

A conta **62 – Fornecimentos e Serviços Externos** apresentou um aumento de 151.322,56€ em relação ao período de 2021, atingindo o valor de 942.595,59€. Nesta conta estão espelhados os gastos com trabalhos especializados, publicidade, energia, combustíveis, comunicações, material de escritório, seguros, reparações, entre outros.

A rubrica de honorários conheceu um aumento de 90.256€ fruto da admissão de duas médicas para a Unidade de Cuidados Continuados, do aumento do preço hora do médico da ERPI, dos enfermeiros e dos fisioterapeutas, bem como do aumento da atividade dos serviços de saúde. Quanto aos combustíveis (+15.205€) e à eletricidade (+14.721€) espelham os brutais aumentos dos preços que se sentiram, ao longo do ano de 2022. Os restantes gastos desta conta sofreram com os aumentos da inflação.

Os **Gastos com o Pessoal - conta 63**, representam 58% do total dos gastos da Instituição, atingiram o valor de 2.255.156,65€ conhecendo um acréscimo de 180.666,29€, relativamente ao ano transato. Houve um aumento do número médio de colaboradores ao serviço da Instituição de 134 para 138, um aumento do Salário Mínimo Nacional de 665€ para 705€, atualização que abrangeu cerca de 60% dos colaboradores, o aumento de 30€ em todas as categorias com remunerações superiores ao Salário Mínimo Nacional, as diuturnidades adquiridas e as reclassificações, justificam aquele acréscimo;

Quanto conta **64 – Gastos de depreciação**, apresenta o valor de 238.506,98€, que se traduz numa diminuição de 8.686,89€ comparativamente ao período anterior, justificada pela conclusão da depreciação de diversos equipamentos nas várias valências.

A conta **65 – Perdas por imparidade** apresenta o valor de 8.378,56€, traduzindo duas dívidas de utentes que, apesar dos processos jurídicos que se abriram, no sentido de as recuperar, não foram pagas pelos mesmos.

A conta **68 – Outros gastos** – Atingiu o valor de 68.286,42€, apresentando um aumento de 33.605€ em relação ao ano 2021. Esta conta engloba entre outros, os



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PERÍODO DE 2022

gastos com impostos indiretos (+749€), donativos concedidos (4.718€), dívidas incobráveis (+2.970€), quotizações (+563€), despesas de funeral de utentes (+1.085€) e insuficiência da estimativa do subsídio de férias (+24.124€).

Tendo em conta a inexistência de financiamento bancário, por parte da Instituição, a **conta 69 – Gastos de Financiamento** apresenta o valor de 4,63€.

Fecha-se, assim, o ano de 2022, com um **Resultado Líquido positivo de 151.443,39€**.

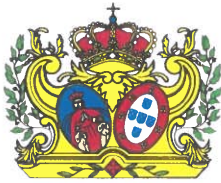
4.3 – DESVIOS ORÇAMENTAIS

Como referimos, do período em análise, resultaram **RENDIMENTOS** no montante de 4.043.520,58€ e **GASTOS** no montante de 3.892.077,19€, o que se traduz num **RESULTADO LÍQUIDO POSITIVO, PARA O PERÍODO DE 2022, DE 151.443,39€**.

Na tabela seguinte faz-se o comparativo dos valores efetivos com os previsionais:

Rúbrica	Valor Orçamentado	Valor Efetivo	Desvio %
Rendimentos	3.590.382,90 €	4.043.520,58 €	+ 11,2%
Gastos	3.566.017,56 €	3.892.077,19 €	+ 8,4%
Result. Líquido	+24.365,35 €	+ 151.443,39€	

Os valores constantes da Conta de Exploração Previsional ficaram aquém dos valores efetivos atingidos no período em análise. Podemos constatar um desvio positivo nos rendimentos reais face aos rendimentos previsionais de 11,2% e de +8,4% nos gastos reais face aos previsionais. Não foram suficientemente aprovisionados os aumentos da faturação e dos subsídios recebidos, nem o aumento dos gastos derivados da inflação real, derivados de um acontecimento internacional totalmente imprevisto, a guerra na Ucrânia. Ainda assim, trata-se de variações inferiores a 15%, não carecendo, portanto, de uma revisão orçamental.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2022

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com as Demonstrações Financeiras apresentadas, para o período de 2022, é apresentado um resultado líquido positivo de 151.443,39€, propondo-se a sua incorporação na conta Resultados Transitados.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mesa Administrativa, no cumprimento da alínea e) do artigo 27º do Compromisso da Irmandade, submete à apreciação, discussão e votação dos Irmãos reunidos na Assembleia-Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras e Anexo relativo ao período de 2022.

1. O presente relatório contempla a atividade desenvolvida, pela Misericórdia de Arouca, nas diferentes respostas sociais e serviços de saúde.
2. O período em análise foi objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, tendo sido aplicado o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SCN-ESNL, publicado pelo Decreto-Lei n.º 36/A-2011, de 9 de Março).
3. A Santa Casa da Misericórdia de Arouca não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.
4. Em termos de conclusão, face aos elementos apresentados e considerando a atual conjuntura socioeconómica, a Mesa Administrativa está satisfeita com os resultados obtidos, e pretende dar continuidade à missão secular da Instituição, ambicionando o seu crescimento sustentável, de modo a responder de forma mais completa às necessidades da comunidade local.

7 – AGRADECIMENTOS

Depois de dois anos marcados por muitos obstáculos e incertezas, devido à pandemia do COVID-19, o início de uma guerra na Europa, a 24 de fevereiro de 2022, trouxe-nos mais incertezas, desafios e dificuldades. As Misericórdias que já tinham desenvolvido um papel fundamental, de apoio às comunidades, na situação de



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

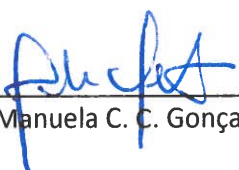
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PERÍODO DE 2022

calamidade provocada pela pandemia, estão a ser novamente desafiadas na sua missão, num cenário macroeconómico dominado pelo aumento da inflação e das taxas de juro. O atual contexto político-económico internacional perspectiva que os tempos vindouros vão continuar marcados pela incerteza e por muitas adversidades, com particular impacto na gestão e sustentabilidade das respostas sociais, das Entidades do Terceiro Setor.

Apesar de todos os imprevistos, a Mesa Administrativa conseguir concretizar a maior parte dos objetivos que tinha estabelecido para 2022, com resultados positivos. Tudo isto é fruto muito trabalho e dedicação e de uma ação coletiva, concertada e empenhada de todos os colaboradores das diferentes valências, e em geral, de todos quantos, interna e externamente, se envolveram no exercício da atividade desta Instituição. Por este motivo, é importante expressar um agradecimento à Irmandade e respetivos Órgãos Sociais, aos colaboradores, aos beneméritos, aos fornecedores e a todas as Entidades Oficiais com quem mantemos relações de parceria e contratualização.

Arouca, 09 de março de 2023.

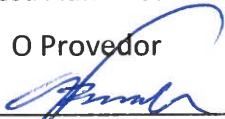
A Contabilista Certificada



(Manuela C. C. Gonçalves)

P' Mesa Administrativa

O Provedor



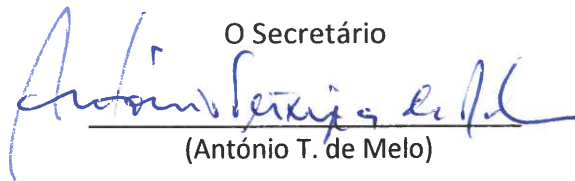
(Victor F. G. Brandão)

O Tesoureiro



(Alfredo B. Martins)

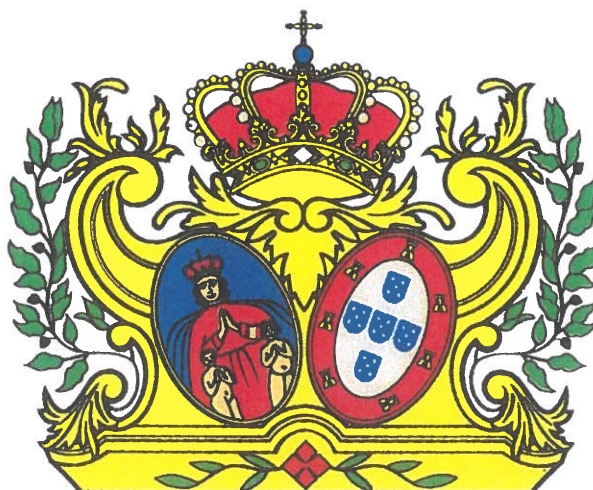
O Secretário



(António T. de Melo)



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
AROUCA**



**ANEXO
AO BALANÇO
E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Período 2022**



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5 e 7	5.884.188,85	5.829.922,38
Bens do património histórico e cultural	5	205.011,31	205.011,31
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	6	48,85	253,13
Investimentos financeiros	18.2	17.773,42	14.395,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Subtotal		6.107.022,43	6.049.582,21
Ativo corrente			
Inventários	9	52.791,11	53.641,42
Créditos a Receber	18.3	284.872,95	214.043,93
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	3.723,98	4.096,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Outros ativos correntes	18.4	1.742.792,41	427.251,19
Diferimentos	18.5	9.083,17	8.353,71
Caixa e depósitos bancários	18.6	1.610.974,47	1.462.153,96
Subtotal	-	3.704.238,09	2.169.540,29
Total do Ativo	-	9.811.260,52	8.219.122,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18.7	148.895,87	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-
Reservas	18.7	951.375,44	891.375,44
Resultados transitados	18.7	4.517.228,88	4.413.546,56
Excedentes de revalorização	18.7	95.804,26	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	18.7	3.121.106,80	1.900.185,57
Resultado Líquido do período	-	151.443,39	103.682,32
Total do fundo do capital	-	8.985.854,64	7.553.490,02
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	-	-	-
Provisões específicas	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18.8	127.198,59	77.272,81
Adiantamentos de clientes	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	58.644,16	50.567,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Financiamentos obtidos	8	-	-
Diferimentos	18.5	122.729,76	83.424,92
Outras passivos correntes	18.10	516.833,37	454.367,75
Subtotal	-	825.405,88	665.632,48
Total do passivo	-	825.405,88	665.632,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	-	9.811.260,52	8.219.122,50

AROUCA, 9 de março 2023
A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº 4 4540-132 AROUCA N.I.F. 501 289 623

Telef. 256 940 500

Fax: 256 940 508/9

E-mail: secretaria.geral@scmarouca.com

Visite-nos em: www.scmarouca.com



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	2.378.810,23	2.120.153,28
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 18.11	1.601.151,96	1.412.468,18
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(379.148,36)	(353.401,86)
Fornecimentos e serviços externos	18.12	(942.595,59)	(791.272,73)
Gastos com o pessoal	16	(2.255.156,65)	(2.074.490,36)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.3	(8.378,56)	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	18.13	63.343,67	71.858,87
Outros gastos	18.14	(68.286,42)	(34.681,41)
	-		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		389.740,28	350.633,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(238.506,98)	(247.193,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		151.233,30	103.440,10
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 18.15	214,72	249,69
Juros e gastos similares suportados	18.15	(4,63)	(7,47)
Resultados antes de impostos		151.443,39	103.682,32
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		151.443,39	103.682,32

AROUCA, 9 de março 2023

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

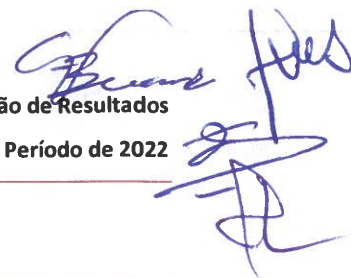
Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº 4 4540-132 AROUCA N.I.F. 501 289 623

Telef.: 256 940 500

Fax: 256 940 508/9

E-mail: secretaria.geral@scmarouca.com

Visite-nos em: www.scmarouca.com



1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4, em Arouca, constituída sob a forma de Irmandade da Misericórdia. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 38 de 14/02/1990, Série III, e alterado, em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, 28 de julho. Esta alteração foi aprovada pela autoridade eclesiástica competente, em 05/10/2015, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 20/01/2016, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro. Desenvolve atividades nas áreas da ação social para idosos e crianças e da prestação de serviços de saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu, pela primeira vez, no período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributável ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Na data de Balanço, a Entidade efetua uma avaliação aos valores mobiliários de cotação variável, que detenha sempre que existam indícios de imparidade.

3.2.5. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

3.2.9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.10. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.13. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimos Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Loações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontrem na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.14. Estado e Outros Entes Públicos

A entidade está isenta de IRC em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.

A entidade está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13/1, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20/12.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem efeitos nas contas provocados por alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

A verba apresentada em balanço retrata o investimento, em 2013, na reconstrução de um conjunto de casas rurais, no sentido de as converter no “Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho”. Inclui também um monumento do século XVII - “Calvário da Misericórdia” e um conjunto de móveis, adquirido, em 2016, a um antiquário. Em 2018, foi incluído um conjunto de quatro cruzeiros em granito, existentes nas ruas da Vila, que constituem a Via Sacra, e fazem parte do monumento do século XVII - “Calvário da Misericórdia”.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

Em 2022, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

Não existiram perdas por imparidade no período de 2022, nem em períodos anteriores.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	627.766,98	-	(98,31)	-	-	627.668,67
Edifícios e outras construções	6.453.092,37	108.909,42	-	-	-	6.562.001,79
Equipamento básico	1.507.524,73	154.234,18	(53.719,68)	-	-	1.608.039,23
Equipamento de transporte	257.370,36	-	-	-	-	257.370,36
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	441.981,05	9.662,79	(63.747,40)	-	-	387.896,44
Outros Ativos fixos tangíveis	158.223,55	500,00	(11.624,56)	-	-	147.098,99
Activos fixos tangíveis em curso	138.565,29	33.765,00	-	(103.663,34)	-	68.666,95
Total	9.584.524,33	307.071,39	(129.189,95)	(103.663,34)	-	9.658.742,43
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.673.770,36	146.081,76	-	-	-	1.819.852,12
Equipamento básico	1.224.787,67	72.721,37	(53.719,68)	-	-	1.243.789,36
Equipamento de transporte	228.713,40	13.757,77	-	-	-	242.471,17
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	424.615,90	7.817,59	(63.747,40)	-	-	368.686,09
Outros Ativos fixos tangíveis	159.074,00	6.571,87	(11.624,56)	-	-	154.021,31
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.710.961,33	246.950,36	(129.091,64)	-	-	3.828.820,05

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	627.668,67	-	-	-	-	627.668,67
Edifícios e outras construções	6.562.001,79	194.157,17	-	-	-	6.756.158,96
Equipamento básico	1.608.039,23	90.789,38	(2.590,47)	-	-	1.696.238,14
Equipamento de transporte	257.370,36	-	(16.925,03)	-	-	240.445,33
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	387.896,44	2.519,72	-	-	-	390.416,16
Outros Ativos fixos tangíveis	147.098,99	467,74	-	-	-	147.566,73
Activos fixos tangíveis em curso	68.666,95	5.062,58	-	-	-	73.729,53
Total	9.658.742,43	292.996,59	(19.515,50)	-	-	9.932.223,52
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.819.852,12	148.913,09	-	-	-	1.968.765,21
Equipamento básico	1.243.789,36	74.878,46	(2.163,05)	-	-	1.316.504,77
Equipamento de transporte	242.471,17	7.000,37	(16.925,03)	-	-	232.546,51
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	368.686,09	6.563,04	-	-	-	375.249,13
Outros Ativos fixos tangíveis	154.021,31	947,74	-	-	-	154.969,05
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.828.820,05	238.302,70	(19.088,08)	-	-	4.048.034,67

No que respeita aos movimentos nos ativos fixos tangíveis são de destacar os seguintes:

- **Edifícios e outras construções:** Quanto aos aumentos, remodelação do quadro e infraestruturas elétricas da lavandaria (9.342,39€), a substituição de uma das paredes do refeitório por uma divisória em vidro (3.735,25€) e a aquisição de um edifício na Rua do Calvário, n.º 3, em Arouca (180.000,00€).
- **Equipamento básico:** para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições: colonoscópios para o Serviço de Gastroenterologia (73.455,60€), equipamentos para o serviço de medicina física e de reabilitação (7.261,53€), equipamento para a cozinha (8.403,91€). Procedeu-se ao abate de diverso equipamento básico por desgaste ou avaria irreparável cujo o valor de aquisição totaliza os 2.590,47€.
- **Equipamento administrativo:** substituição de computadores obsoletos (2.519,72€)
- **Equipamento de transporte:** procedeu-se à venda de uma viatura ligeira de passageiros, do ano de 1997, por 1.000€, cujo valor de aquisição havia sido de 16.925,03€.
- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** reflete o valor investido nos projetos de arquitetura e/ou especialidades para a construção de: uma residência assistida (1845€); remodelação e ampliação da ERPI (61.726,40€), construção de um novo hospital (7.687,53€), instalação de sistema fotovoltaico na Creche (307,50€), e construção de uma valência de ensino pré-escolar (2.163,10€).

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

Investimentos Financeiros

No que concerne aos “Investimentos Financeiros”, espelha o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que em 31/12/2022 apresentava o valor de 17.773,42€.

6. Ativos Intangíveis**Bens do domínio público**

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.293,30	135,30	-	-	-	30.428,60
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.293,30	135,30	-	-	-	30.428,60
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	29.931,96	-	243,51	-	-	30.175,47
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.931,96	-	243,51	-	-	30.175,47

Não existiram perdas por imparidade no período de 2021.

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.428,60	-	-	-	-	30.428,60
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.428,60	-	-	-	-	30.428,60
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.175,47	-	204,28	-	-	30.379,75
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.175,47	-	204,28	-	-	30.379,75

Não existiram perdas por imparidade no período de 2022.

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2022			2021		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	200.911,83	200.911,83	-	200.911,83	200.911,83	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	200.911,83	200.911,83	-	200.911,83	200.911,83	-

Em 31/12/2022 a Entidade não detinha qualquer contrato de locação financeira.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º/88, fls 68

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 2022, a Entidade não detinha empréstimos bancários.

9. Inventários

Os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 3.820,29€;
- Matérias Subsidiárias e de consumo: 40.589,82€;
- Materiais Diversos: 8.381,00€, este valor refere-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Entidade, em 2012, avaliado em 21.292,50€, o qual se destina a contribuir para o desenvolvimento de atividades futuras, tendo sido consumidos, em 2013, 1.262,25€, em 2014, 6.727,75€, em 2015, 178,50€, em 2016, 259,25€, em 2017, 170,00€, em 2018, 199,75€, em 2019 119,00€ e em 2022 3.995,00€, por doação às crianças da Ucrânia.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Redassificação se regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Redassificação se regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57.238,11	341.082,24	8.722,93	53.641,42	387.043,45	(8.745,40)	52.791,11
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	57.238,11	341.082,24	8.722,93	53.641,42	387.043,45	(8.745,40)	52.791,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				353.401,86			379.148,36
Variações nos inventários da produção				-			-

10. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	2.378.810,23	2.120.153,28
Quotas dos utilizadores	876.400,45	797.552,48
Quotas e Jóias	2.870,00	3.325,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	1.499.539,78	1.319.275,80
Juros	214,72	249,69
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Outros rendimentos similares		

De referir que na rubrica 'Quotas dos utilizadores' constam as mensalidades de utentes das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (23.848,48€), Família e Comunidade (82.433,74€) e Terceira Idade (770.118,23€). A rubrica 'Serviços Secundários' engloba, os serviços de saúde, nomeadamente os Internamentos, Consultas e serviços de enfermagem (453.992,91€), os Exames Auxiliares de Diagnóstico (406.222,45€) e os tratamentos de Fisioterapia (600.739,37€), Outros serviços de saúde (38.585,05€).

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2022, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo	1.564.781,02	1.394.706,43
Centro Regional Segurança Social	1.180.562,41	1.054.909,75
Comparticipação da ARS	336.298,28	310.918,81
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	5.968,83	5.174,12
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	10.864,00	5.703,75
POISE	13.087,50	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-

Na rubrica ‘Centro Regional da Segurança Social’ constam as participações dos acordos das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (158.278,20€), Cantinas Sociais (7.910,00€), Terceira Idade (848.551,80€) e Unidade de Cuidados Continuados (164.914,77€). Constatam ainda os apoios por lay-off e encerramento de escolas (907,64).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem efeitos de alterações das taxas de câmbio nos períodos de 2021 e 2022.

14. Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, e conforme o estipulado na Declaração da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, publicada no Diário da República – III Série, n.º 194, de 24/8/1989.

15. Instrumentos financeiros

A 31/12/2022 a Entidade não possuía quaisquer instrumentos financeiros.

16. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Diretivos ou Corpos Sociais desta Entidade, são voluntários e, portanto, não auferem qualquer remuneração, de acordo com o *Compromisso* e legislação aplicável às IPSS.

No ano de 2022, o número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 138, ou seja, houve um aumento de 4 trabalhadores, comparativamente ao ano anterior que foi de 134.

Os gastos que a Entidade incorreu, com os funcionários, foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.842.895,49	1.696.133,30
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	382.007,59	348.964,19
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	15.488,88	15.551,91
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	14.764,69	13.840,96
Total	2.255.156,65	2.074.490,36

O aumento dos gastos com remunerações de pessoal estão relacionados com: o aumento do número médio de trabalhadores, de 134 para 138, com o aumento do salário mínimo nacional de 665€ para 705€, com o aumento de 30€ nas remunerações acima do salário mínimo nacional, com as diuturnidades adquiridas e com as reclassificações efetuadas, no período de 2022.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Enquadramento económico do período 2022

O ano de 2022 ficará marcado pela invasão russa da Ucrânia, ocorrida a 24 de fevereiro. Nessa altura, começaram a intensificar-se as preocupações da União Europeia, sobre a sua dependência do gás e petróleo russos, que começou a tomar medidas para a reduzir, de forma faseada, de modo a combater o aumento do impacto do aumento dos preços da energia e dos combustíveis na atividade económica, os quais já tinha atingido valores recorde, no ano 2021, no rescaldo da pandemia do COVID-19. O contexto macroeconómico mundial, em 2022, é assim dominado pelo aumento da inflação e das taxas de juro.

As entidades do setor social e a Misericórdia de Arouca em particular, sentiu profundamente impacto da inflação, nomeadamente do aumento dos preços da energia elétrica, dos combustíveis e dos géneros alimentares e outras matérias de consumo, acrescido do aumento do salário mínimo nacional, situação que acabou por ser compensada pelo um significativo aumento do seu volume de faturação e pela atualização das comparticipações do Estado relativamente aos acordos de cooperação das valências sociais e da Unidade de Cuidados Continuados.

18.2. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	17.773,42	14.395,39
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	17.773,42	14.395,39

18.3. Créditos a Receber

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

Para os períodos de 2021 e 2022 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c	293.251,51	214.043,93
Clientes	203.535,79	126.651,57
Utentes	89.715,72	87.392,36
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	293.251,51	214.043,93

No período de 2022 foram registadas "Perdas por Imparidade".

Descrição	2022	2021
Clientes	-	-
Utentes	(8.378,56)	-
Total	(8.378,56)	-

18.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	45.817,50	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	36.167,26	13.571,12
Outros instrumentos financeiros	-	-
Outros Devedores	1.660.807,65	413.680,07
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1.742.792,41	427.251,19

A rubrica 'Outros Devedores' reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber do IGSS (11.919,14€), do FRSS (1.583,12€), do POISE (5.712,50€), do Norte 2020 -

FEDER (9.126,58€), da ARS Norte (341.505,49€) e da ADSE (11.614,45€) e do Instituto da Segurança Social PARES 3.0 (1.218.516€), e PRR Mobilidade Verde (15.000€).

A rubrica “Adiantamentos a fornecedores de investimentos” reflete um adiantamento de 50% do valor de duas viaturas elétricas, adjudicadas no âmbito de um projeto financiado pelo PRR Mobilidade Verde.

18.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Despesas com custo diferido	9.083,17	8.353,71
...	-	-
...	-	-
Total	9.083,17	8.353,71
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	35,00	70,00
Donativos em géneros	8.381,00	12.376,00
Outros	114.313,76	70.978,92
Total	122.729,76	83.424,92

A rubrica ‘Outros Rendimentos a Reconhecer’ reflete a retenção de garantia da empreitada de construção do edifício do Hospital (51.105,73€) que está a ser reconhecida como rendimento na medida da depreciação desse ativo e o adiantamento das participações da Segurança Social relativas ao ano de 2023 e pagas em dezembro de 2022, como forma de garantia de liquidez às Instituições de Solidariedade Social (63.208,03€).

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	60.511,39	49.016,40
Depósitos à ordem	1.200.443,08	1.063.127,56
Depósitos a prazo	350.020,00	350.010,00
Outros	-	-
Total	1.610.974,47	1.462.153,96

O valor em caixa, em 31/12/2022, inclui uma verba (58.935,78€) que pertence aos utentes mas que está à guarda da Entidade.

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	148.895,87	-	-	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	891.375,44	60.000,00	-	951.375,44
Resultados transitados	4.413.546,56	103.682,32	-	4.517.228,88
Excedentes de revalorização	95.804,26	-	-	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.900.185,57	1.268.516,00	47.594,77	3.121.106,80
Total	7.449.807,70	1.432.198,32	47.594,77	8.834.411,25

- **Conta “Reservas”:**
Aumento: pela cedência de usufruto de uma suite (60.000€)
- **Conta “Resultados Transitados”:**
Aumento: pela afetação do Resultado Líquido do período de 2021 (103.682,32€)
- **Conta “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”:**
Diminuição: pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (47.594,77€).
Aumento: pelos subsídios ao investimento a receber do PRR Mobilidade Verde (50.000€) e PARES 3.0 (1.218.516€)

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	127.198,59	77.272,81
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	127.198,59	77.272,81

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.723,98	4.096,08
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	3.723,98	4.096,08
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	13.349,75	10.840,27
Segurança Social	44.668,57	39.294,86
Outros Impostos e Taxas	625,84	431,87
Total	58.644,16	50.567,00

18.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	119.495,98	-	106.151,20
Remunerações a pagar	-	119.495,98	-	106.151,20
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	16,10	-	1.186,11
Credores por acréscimos de gastos	-	331.991,87	-	293.220,63
Outros credores	-	65.329,42	-	53.809,81
	-	-	-	-
Total	-	516.833,37	-	454.367,75

O valor constante da rubrica 'Credores por acréscimos de gastos' corresponde às estimativas de férias e subsídios de férias de 2021, a pagar em 2022. Quanto ao valor da rubrica 'Outros Credores' reflete, fundamentalmente os valores dos utentes, que se encontram à guarda da Entidade (58.935,78€).

18.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo	1.564.781,02	1.394.706,43
Centro Regional Segurança Social	1.180.562,41	1.054.909,75
Comparticipação da ARS	336.298,28	310.918,81
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	5.968,83	5.174,12
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	10.864,00	5.703,75
POISE	13.087,50	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	1.564.781,02	1.394.706,43

Descrição	2022	2021
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	36.370,94	17.761,75
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	36.370,94	17.761,75

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

18.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	650.721,48	547.974,77
Materiais	36.551,22	20.733,18
Energia e fluidos	211.512,56	181.426,65
Deslocações estadas	714,31	127,50
Comunicações	9.043,23	9.400,84
Seguros	10.384,97	10.997,41
Outros fornecimentos	23.667,82	20.612,38
	942.595,59	791.272,73

O valor constante da rubrica ‘Serviços Especializados’ corresponde, fundamentalmente, a honorários de prestadores de serviços (561.323,76€), gastos com a conservação e reparação de equipamentos (37.994,07€), trabalhos especializados (35.462,44€) e publicidade e propaganda (3.360,36€).

A rubrica outros fornecimentos inclui gastos com rendas e alugueres (19.556,45€).

18.13. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	8.605,38	3.801,75
Descontos de pronto pagamento obtidos	155,96	53,00
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	866,41	10.978,71
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	81,13	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.000,00	7.286,69
Outros rendimentos e ganhos	52.634,79	49.738,72
Total	63.343,67	71.858,87

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

A subconta 'Outros rendimentos' reflete fundamentalmente (47.402,87€) a imputação dos subsídios aos investimentos a qual é feita, anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados.

18.14. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	2.114,49	1.365,06
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,22	3,09
Dívidas incobráveis	2.970,96	-
Perdas em inventários	-	35,49
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	3,85	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	427,42	-
Outros Gastos e Perdas	62.768,48	33.277,77
Total	68.286,42	34.681,41

A subconta 'Outros gastos e perdas' reflete, fundamentalmente, correções relativas a exercícios anteriores (1.911,84€), quotizações (3.800€), despesas com funerais de utentes (2.160,00€) e insuficiência de estimativa de férias e subsídio de férias (48.513,14€).

18.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	4,63	7,47
Total	4,63	7,47
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	214,72	249,69
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares		
Total	214,72	249,69
Resultados financeiros	210,09	242,22

18.16. Acontecimentos após data de Balanço


Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda..

Arouca, 9 de março de 2023.

A Contabilista Certificada



(Manuela C. C. Gonçalves)

P' A Mesa Administrativa

O Provedor



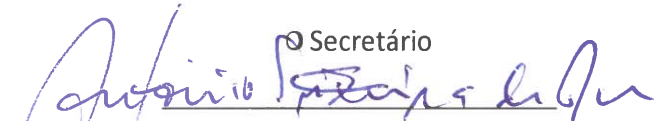
(Victor F. G. Brandão)

O Tesoureiro



(Alfredo B. Martins)

O Secretário



(António T. de Melo)



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 9.811.261 euros e um total de fundos patrimoniais 8.985.855 euros, incluindo um resultado líquido de 151.443 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 08 de Março de 2023

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. n.º 820
registado na CMVM com o n.º 20160448)

ANEXO À ATA N.º 1/2023, de 10 de março, do Conselho Fiscal da SCMA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31º do Compromisso desta Santa Casa, cumpre-nos dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência do ano 2022.

Examinámos o Relatório e as Contas de Gerência, as quais incluem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 9.811.260,52€ e um total de fundos patrimoniais de 8.985.854,64€, incluindo um resultado líquido positivo de 151.443,39€), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Concluimos que o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período de 2022 e as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março (NCRF-ESFL), atestada pela Certificação Legal de Contas.

Pela análise das contas e dos documentos já referidos, o Conselho Fiscal reconhece e enaltece a gestão da Instituição, desenvolvida pela Mesa Administrativa, no ano de 2022.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer:

- Que seja aprovado o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período que findou em 31 de Dezembro de 2022.

Arouca, 10 de março de 2023

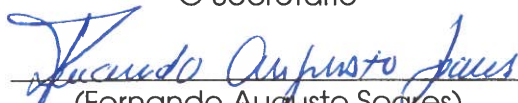
O Presidente


(Manuel Brandão Duarte)

O Vice-Presidente


(Floriano de Pinho Duarte)

O Secretário


(Fernando Augusto Soares)